

## CPI do Judiciário investigará três denúncias

A CPI do Judiciário se dedicará na próxima semana a aprofundar investigações sobre as denúncias de superfaturamento na construção da sede das juntas de Conciliação de São Paulo, irregularidades administrativas no TRT-RJ e dilapidação da herança do empresário Washington Nominatto.

PÁGINA 4



O ex-proprietário da Encol, Pedro Paulo de Souza (E), acusou o Banco do Brasil de ter "enrolado" a construtora, enquanto mutuários se tornavam inadimplentes

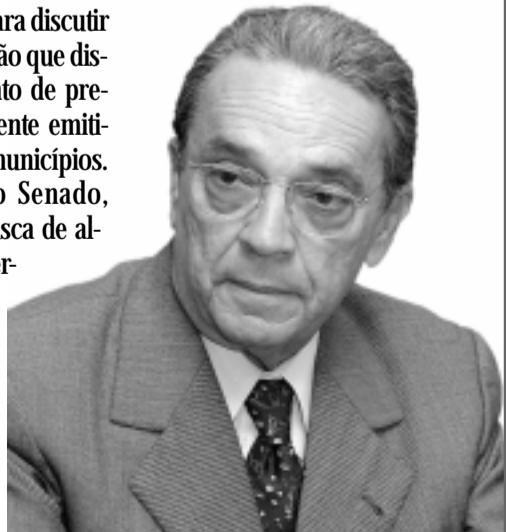
# CPI vai a Fernando Henrique em busca de solução para crise com STF

Comissão decidiu, em reunião fechada, solicitar também audiência com chefe do Poder Legislativo. Em depoimento ontem, o ex-dono da Encol, Pedro Paulo de Souza, atribuiu quebra da empresa aos juros altos e à atuação do Banco do Brasil

## Melo reúne líderes e BB para discutir precatórios

O senador Geraldo Melo reuniu ontem líderes partidários e o presidente do Banco do Brasil, Andrea Calabi, para discutir os efeitos da resolução que disciplinou o pagamento de precatórios irregularmente emitidos por estados e municípios. Na presidência do Senado, Melo defendeu a busca de alternativas para preservar o BB, que tem quase R\$ 5 bilhões em precatórios da prefeitura de São Paulo.

PÁGINA 2



O senador Geraldo Melo defendeu alternativas para preservar o Banco do Brasil como importante instituição pública

## PLENÁRIO

## Proteção a vítimas e testemunhas será votada na segunda

Projeto que estabelece normas para a organização de programas especiais de proteção de vítimas e testemunhas ameaçadas será votado na segunda-feira pelo plenário. A proposta foi aprovada na semana passada pela CCJ.

PÁGINA 3

## Apreciadas 17 matérias na semana

PÁGINA 3

Os senadores da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Sistema Financeiro decidiram ontem buscar o apoio do presidente Fernando Henrique Cardoso e do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, a uma solução para a crise aberta com o Poder Judiciário. Ao prestar depoimento à comissão, o ex-dono da construtora Encol, Pedro Paulo de Souza, disse que a empresa quebrou por causa dos juros altos e da atuação do Banco do Brasil, que durante dois anos teria feito "promessas de solução nunca cumpridas". A CPI enviará à Secretaria da Receita Federal os documentos recebidos do Banco Central contendo informações sobre remessas de dinheiro ao exterior.

PÁGINAS 4 E 5

# Melo reúne líderes para discutir precatórios

Senadores prometem ao presidente do Banco do Brasil estudar uma saída para a instituição, que pode ficar sem quase R\$ 5 bilhões, até a decisão final da Justiça, em razão das novas regras fixadas para negociação dos títulos públicos

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN), no exercício da presidência do Senado, reuniu na manhã de ontem as lideranças partidárias e o presidente do Banco do Brasil (BB), Andrea Calabi, para analisar os efeitos da resolução do Senado que disciplinou o pagamento futuro de precatórios irregularmente emitidos por diversos estados e municípios – e que motivaram inclusive a criação de uma CPI – e procurar uma alternativa que não prejudique o banco nesse processo.

Segundo Melo, a “resolução moralizadora do Senado será mantida e as lideranças partidárias, juntamente com o Executivo, deverão buscar alternativas para preservar o Banco do Brasil como importante instituição pública”. A solução encontrada para o impasse provocado pela grande emissão de

precatórios irregulares – títulos que deveriam ser emitidos apenas para pagamentos resultantes de decisões judiciais, mas que acabaram sendo lançados em montantes muito superiores – foi sua transferência para a União. O governo federal, no entanto, fará o depósito desses valores em juízo, à espera de uma futura decisão da Justiça a respeito de sua validade.

O problema é que o Banco do Brasil tem quase R\$ 5 bilhões em precatórios emitidos pela prefeitura de São Paulo. Se os depósitos forem feitos em juízo, como determina a resolução aprovada pelo Senado, o banco não poderá contar com esses recursos até uma decisão final da Justiça. Calabi explicou que isso prejudicaria em muito as operações da instituição.

As lideranças partidárias reunidas no

gabinete do presidente em exercício do Senado manifestaram a disposição de buscar, em diálogo com o governo, fórmulas que evitem prejuízos para o Banco do Brasil, observou o senador José Fogaça (PMDB-RS), relator da matéria, “mas sem alterar a resolução adotada”. Ele previu uma solução “para breve”.

Participaram da reunião, além de Melo e Fogaça, os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), José Eduardo Dutra (PT-SE), Roberto Freire (PPS-PE), Luiz Otávio (PPB-PA) e Jader Barbalho (PMDB-PA).



No encontro com Andrea Calabi, relatou Geraldo Melo, ficou acertado que “a resolução moralizadora do Senado será mantida”

## Comissão de Infra-Estrutura aprova obras em estradas

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), presidida pela senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), aprovou ontem, em turno suplementar, substitutivos a dois projetos do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) que incluem no Plano Nacional de Viação duas rodovias do estado de Roraima. Trata-se da BR-431, que vai de Jundiá até Santa Maria do Boiaçu, num total de 125 km, e da BR-432, referente ao trecho que liga Novo Paraíso até Boa Vista, de 185 km.

A comissão aprovou requerimento do senador Geraldo Cândido (PT-RI) propondo a realização de audiência pública em torno de projeto de lei do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) sobre a preservação da concepção urbanística de Brasília. Deverão participar da audiência, em



A CI irá realizar audiência pública sobre a preservação arquitetônica de Brasília

data a ser definida, o secretário adjunto de Desenvolvimento Urbano do DE Paulo Bicca; a secretária de Habitação, Evelize Longhi; o coordenador da 14ª Regional do Iphan, Marcelo Brito; e o presidente do Sindicato dos Arquitetos do DE, Silvano da Silva Pereira.

Foi rejeitado pela CI parecer favorável de Geraldo Cândido a projeto do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) que tornava obrigatório o uso de dispositivos de

segurança em tanques e recipientes de combustíveis líquidos e gasosos. Na discussão da matéria, o senador Gerson Camata (PMDB-ES) afirmou que o projeto não previa em quanto as mudanças nos botijões aumentariam o preço do gás.

Emilia anunciou para terça-feira, às 18h, a reunião da comissão em que será votado, entre outros itens, o nome do senador Alberto Silva (PMDB-PI) para o cargo de vice-presidente da comissão.

## Adiada votação de projeto que garante saúde para índios

O projeto que trata das condições e funcionamento dos serviços de saúde para as populações indígenas teve sua apreciação adiada para o dia 31 de agosto pelo plenário, que aprovou requerimento apresentado nesse sentido pelo líder do PMDB, Jader Barbalho (PA), e pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR). A votação estava prevista para ontem.

O senador Roberto Freire (PPS-PE), que relatou a matéria favoravelmente na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), salientou que o projeto, de autoria do ex-deputado Sérgio Arouca, é uma tentativa de garantir o atendimento de saúde àquelas populações pelo Sistema Único de Saúde (SUS), mediante “um tratamento diferenciado, mas sem apar-

tação”. Ele apelou a Jader para que inicie um processo de discussão sobre o assunto no Senado.

Jader disse que solicitou o adiamento a pedido do ministro da Justiça, Renan Calheiros. Ele concordou que a matéria é importante, assegurou não ter juízo formado sobre o assunto e comprometeu-se a encaminhar o pedido de Freire.

## RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUINTA-FEIRA, 24 DE JUNHO DE 1999

1

Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 1997 (nº 4.681/94, na Casa de origem). Dispõe sobre as condições e funcionamento de serviços de saúde para as populações indígenas.  
Resultado: Lido e aprovado requerimento de adiamento da discussão para o dia 31 de agosto.

2

Requerimento nº 278, de 1999, de autoria do senador Geraldo Cândido. Solicita, nos termos regimentais, a tramitação conjunta dos projetos de Lei do Senado nºs 118 e 349, de 1999, por versarem sobre o pagamento de contas de luz, gás, água e esgoto por consumidores de baixa renda ou desempregados.  
Resultado: Lido e aprovado requerimento de retirada do Requerimento nº 278, de 1999. O Projeto de Lei do Senado nº 118, de 1999, retorna à Comissão de Assuntos Sociais e, posteriormente, vai à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, em decisão terminativa. O Projeto de Lei do Senado nº 349, de 1999, retorna à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, posteriormente, vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Lidos e aprovados requerimentos de urgência para as seguintes proposições:

— Mensagem nº 131, de 1999, do Presidente da República, que submete à aprovação do Senado a indicação do nome de Geraldo Brindeiro para ser reconduzido ao cargo de procurador-geral da República; e  
— Projeto de Resolução nº 73, de 1999 (MSF 40/99), que eleva para US\$ 20 bilhões o valor a que se referem os arts. 1º e 2º, “a”, da Resolução nº 57, de 1995, alterada pela Resolução nº 51, de 1997, ambas do Senado Federal. As matérias constarão da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 29.6.99, terça-feira.

Fonte: Secretaria Geral da Mesa



## AGENDA

SEXTA-FEIRA, 25 DE JUNHO DE 1999

### PLENÁRIO

▶ 9h - Sessão não deliberativa

### COMISSÕES

▶ 10h - CPI do Sistema Financeiro  
Pauta: Carlos Gilberto Coetane, diretor de Finanças do Banco do Brasil, e Edson Soares Ferreira, ex-diretor de Crédito e Seguridade do Banco do Brasil. Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2

JORNAL DO SENADO [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br) - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Ademar Andrade

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima (licenciado)

2º Secretário: Carlos Patrocínio (no exercício da 1ª Secretaria)

3º Secretário: Nabor Júnior

4º Secretário: Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho

Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-3211

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070

Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3336

Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327

Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva

Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Morais

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemar Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Plenário aprecia proteção a vítimas e testemunhas

Projeto originário da Câmara, aprovado na semana passada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, abre possibilidade de perdão judicial ao acusado que colabore com investigação de crime

O plenário do Senado vota na segunda-feira, em regime de urgência, projeto estabelecendo normas para a organização de programas especiais de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas. O projeto institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas, dispondo sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal.

Originário da Câmara, o projeto foi relatado favoravelmente pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP) e aprovado, na semana passada, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A matéria abre a possibilidade de concessão de perdão judicial ao acusado que, sendo primário, tenha colaborado voluntariamente com a investigação do crime. Na opinião do relator, os sistemas



Romeu Tuma aponta equilíbrio entre interesses do Estado e das vítimas e testemunhas

de proteção a testemunhas fortalecem os direitos humanos e criam facilidades para a investigação.

— O projeto representa o equilíbrio entre o interesse do Estado, que tem o direito de punir, mas depende de

prova; e o da vítima e da testemunha, que, por falta de segurança, às vezes se recusam a colaborar — argumentou o senador.

## EMBAIXADORES

Na terça-feira, o Senado vota três mensagens presidenciais que submetem à aprovação da Casa nomes de diplomatas para postos no exterior. São eles: Dinah Flusser, ministra de segunda classe, para exercer a função de embaixadora em Barbados, cumulativamente com São Cristovão e Névis; Jorge D'Escragnolle Taunay Filho, ministro de segunda classe, para a função de embaixador em Angola e, cumulativamente, na República Democrática de São Tomé e Príncipe; e Luiz Sérgio Gama Figueira, ministro de primeira classe, para a função de embaixador no Reino da Arábia Saudita e, cumulativamente, junto ao Sultano de Omã e República do Iêmen.

## LDO para o ano 2000 será votada pelo Congresso na terça-feira

Em sessão do Congresso, senadores e deputados votam na próxima terça-feira, às 19h, o substitutivo do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) à proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o ano 2000. No último dia 16, a Comissão Mista formada para examinar a matéria aprovou o substitutivo. A proposta original veio do governo.

Entre as novidades propostas no substitutivo do relator está a criação de dispositivos destinados ao controle do custo das obras federais ou realizadas com recursos transferidos pela União. Com a medida, os gastos com a construção de prédios públicos, saneamento básico e pavimentação não poderão ser superiores ao valor do Custo Unitário Básico por metro quadrado, divulgado pelo Sindicato da Indústria da Construção, acrescido

de até 30% para cobrir custos, como a elaboração de projetos.

O substitutivo aprovado pela Comissão de Orçamento também estabelece metas de superávit primário (receitas menos despesas, exclusive juros) de 2,7% do Produto Interno Bruto (PIB), sendo 2,6% dos orçamentos fiscal e da Seguridade Social, e 0,1% das empresas estatais federais. O relator Luiz Estevão explicou que os recursos obtidos com essa economia serão utilizados para reduzir a dívida interna.

Ao votarem o substitutivo, diversos deputados parabenizaram o relator pelo "caráter democrático" com que conduziu a elaboração do seu parecer, promovendo reuniões abertas a todos os parlamentares, tanto os governistas como os da oposição. O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) destacou o trabalho de Luiz



Luiz Estevão incluiu no substitutivo dispositivos destinados a controlar custo de obras federais

Estevão, dizendo que ele se esforçou para dar prestígio ao Congresso, inclusive proibindo a possibilidade de contingenciamento das dotações orçamentárias do Senado e da Câmara.

## Senadores examinam 17 propostas na semana

O plenário do Senado Federal apreciou dezessete itens que constavam da Ordem do Dia desta semana, entre eles projeto de resolução permitindo à União refinar títulos cuja renegociação havia sido cancelada pela CPI dos Precatórios, desde que a Justiça reconheça sua validade.

O Senado também aprovou o texto do acordo sobre serviços aéreos, firmado em 1997 com o governo de Cingapura, e confirmou a indicação do ex-senador Guilherme Palmeira para vaga, aberta pela aposentadoria do ministro Homero Santos, no Tribunal de Contas da União (TCU).

Ainda nesta semana, o plenário autorizou a contratação de duas operações de crédito: no exterior, para financiar o Pro-

jecto de Saneamento Básico do Piauí, e junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), destinado ao Projeto Vila-Bairro, da prefeitura de Teresina.

Foram votados também onze requerimentos sobre tramitação de matérias, inclusive o adiamento, para a sessão de 11 de agosto, da apreciação da proposta de emenda à Constituição que fixa percentuais mínimos de recursos orçamentários públicos para o Sistema Único de Saúde (SUS).

## COMISSÕES

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou projeto instituindo programas de proteção às testemunhas e vítimas ameaçadas. Decidiu

igualmente a favor de alteração do Regimento Interno da Casa, visando facilitar a tramitação de requerimentos de urgência, porque o texto em vigor só permite a aprovação de dois por sessão.

A proposta de criação do Sistema Brasileiro de Inteligência e da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) recebeu parecer favorável na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

A Comissão de Educação deu parecer favorável, em caráter terminativo, a projeto que garante aos estudantes das escolas públicas metade das vagas para ingresso nas universidades públicas, e também a proposta de aumento de 1.000% das verbas destinadas à cultura, com recursos das loterias da Caixa Econômica Federal.

## CAS promove audiência pública sobre investimentos sociais

Sob a presidência do senador Osmar Dias (PSDB-PR), a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) se reúne na terça-feira, às 17h, para realizar audiência pública com o ministro do Orçamento e Gestão, Pedro Parente; o diretor-executivo do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, Murilo Portugal; e com o diretor-executivo do Brasil no Banco Interamericano de Desenvolvimento, Antonio Cláudio Soachaczewski.

A audiência foi marcada para debater os recursos do orçamento da União para a área social, especialmente aqueles obtidos com o suporte dos bancos multilaterais de desenvolvimento, mediante a concessão de financiamentos externos para redução da pobreza.

Em seguida, a CAS se reunirá para examinar uma pauta de nove itens, entre eles projeto do senador Gilvam Borges (PMDB-AP) disposto sobre a obrigatoriedade de cirurgia plástica reparadora nos casos de mutilação pós-cirúrgica e de defeitos físicos genéticos ou decorrentes de acidentes de trabalho. Relatora da matéria, a senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) tem parecer favorável, na forma de substitutivo.

Também será apreciado projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-



Osmar Dias presidirá a reunião que terá a presença do ministro do Orçamento, Pedro Parente

CE) dispoendo sobre o uso da talidomida. O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) é o relator e tem parecer favorável à matéria, mas com duas emendas. Ainda aguarda votação projeto do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) estabelecendo normas para registro de diploma de graduados em medicina, enfermagem, farmácia, bioquímica, odontologia e fisioterapia. A relatora, Maria do Carmo Alves (PFL-SE), é favorável à matéria.

## Comissão de Orçamento analisa contas de 1997 da Presidência da República

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização se reúne na terça-feira para decidir se aprova as contas do presidente da República referentes a 1997. O parecer do relator, senador Edison Lobão (PFL-MA), é favorável à aprovação de matéria.

Lobão analisa alguns temas destacados do parecer prévio apresentado pelo ministro Humberto Souto e aprovado pelo Tribunal de Contas da União. Entre esses temas estão os números relativos à política e ação social do governo, infra-estrutura, financiamentos externos, dívida pública federal interna, carga tributária nacional e Programa Nacional de Desestatização.

Também foi transferida para a pró-

xima terça-feira decisão sobre parecer referente a obra que, conforme a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 1999, teve sua execução vedada por constar de lista de construções irregulares encaminhada pelo TCU ao Congresso. A obra — o Trevo das Garças, no entroncamento da BR-116 com a BR-393, no município de Volta Redonda — está a cargo do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER).

À semelhança do que opinou a Secretaria Federal de Controle, o relator da matéria na comissão, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), considerou as explicações do DNER insatisfatórias e recomendou a "manutenção da vedação referente à autorização para a execução orçamentária".

# Comissão investiga três denúncias nesta semana

A CPI do Judiciário aprofunda na próxima semana a investigação de três denúncias: a de superfaturamento das obras da sede das juntas de Conciliação e Julgamento de São Paulo, a de irregularidades administrativas no Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro e a de dilapidação da herança deixada pelo empresário Washington Nominatto para seu filho Luiz Gustavo.

Na segunda-feira, os senadores tomam depoimento da advogada Laila Kezen Machado e das juízas classistas Nair Guimarães e Ana Telma Wainstock. Elas serão ouvidas sobre denúncias de contratação sem licitação, desaparecimento de processos administrativos e superfaturamento de obras no TRT-RJ, principalmente durante a gestão do então presidente José Maria de Mello Porto, entre 1992 e 1994.

Para terça-feira é previsto o depoimento dos empresários Fábio Monteiro de Barros e José Eduardo Correia, donos da construtora Incal, responsável pela obra da sede das juntas de Conciliação e Jul-



Depois dos três depoimentos previstos para a próxima semana, os senadores que integram a CPI do Judiciário



gamento de São Paulo. Diante das suspeitas de superfaturamento, a CPI investiga, também, o envolvimento do juiz apo-

sentado Nicolau dos Santos Neto, que pertencia ao TRT-SP.

Na quarta-feira deve depor Roberto Jorge Dino, inspetor judicial nomeado pelo juiz Asdrúbal Cruxên para acompanhar o andamento do inventário do empresário Washington Nominatto.

Depois dos três dias de depoimentos tem início o recesso parlamentar. Entre 1º e 31 de julho os senadores da CPI se dedicarão a trabalhos internos, incluindo a análise de documentos.

## Emilia Fernandes defende integração aérea no Mercosul

A senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) voltou a defender a internacionalização de aeroportos próximos ou fronteiriços aos países que fazem parte do Mercosul, como forma de criar uma maior integração aérea. Para a senadora, o Mercosul continua a ser tratado como uma questão meramente aduaneira, "alijando várias cidades do processo de integração com aquele mercado, especialmente as localizadas no Rio Grande do Sul".

Emilia Fernandes propôs, também, a binacionalização do aeroporto de Rivera, no Uruguai, como forma de facilitar o intercâmbio comercial entre os dois países. No seu entender, o que falta é vontade política dos governos brasileiro e uruguaio para que a proposta vire realidade.

A senadora fez as afirmações ontem, durante audiência pública da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul na Câmara dos Deputados, destinada à análise do tráfego aéreo no Brasil e a sua utilização por aeronaves dos países que fazem parte do Mercosul.

A viabilidade da internacionalização dos aeroportos de São Borja, Santa Maria, Santo Ângelo, Uruguaiana, Bagé e Santana do Livramento, no Rio Grande do Sul, tomou grande parte das discussões da reunião.

O diretor-geral do Departamento de Aviação Civil (DAC), tenente-brigadeiro-do-ar Marcos Antônio de Oliveira, reconheceu que a internacionalização traria grandes benefícios para os municípios, mas lembrou que para qualquer cidade reivindicar um aeroporto internacional é necessário uma série de requisitos, entre os quais número de habitantes, aspectos socioeconômicos e demanda.

Daniel Lins Menucci, gerente-geral de Portos, Aeroportos e Fronteiras, apóia uma maior integração de todos os setores de governo para viabilizar o tráfego aéreo entre as cidades fronteiriças do Mercosul. O coordenador de atividades do Mercosul-Alca, Antônio Gilberto da Costa, informou que a Receita Federal busca condições legais para operacionalizar a internacionalização daqueles aeroportos, enquanto Antônio Jorge Camardeli e Celso de Tarso Pereira, respectivamente representantes dos ministérios da Agricultura e das Relações Exteriores, garantiram que as duas pastas estão se empenhando para que a internacionalização dos aeroportos ocorra o mais rápido possível.

O prefeito de Bagé, ex-deputado Carlos Azambuja, afirmou que a internacionalização do aeroporto da cidade viria incrementar a economia e o turismo do município.

## Projeto reduz prazo para julgamento de crime

O processo e julgamento de crimes dolosos, praticados por policiais no exercício da função ou em razão dela, obedecerão, quanto aos prazos, o rito de réu preso, ainda que este esteja em liberdade. É o que prevê projeto do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) que será apreciado, em caráter terminativo, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A mesma norma, segundo a proposta, aplica-se também a crimes praticados contra o policial.

De acordo com o projeto, que, segundo o autor, visa resgatar o respeito do cidadão pela autoridade policial e o crédito do policial na Justiça, os processos que envolverem o policial vítima ou réu de crime terão prioridade sobre os demais processos, exceto os de *habeas corpus* e os de mandado de segurança.

— A experiência tem comprovado que um grande número de policiais criminosos permanece nas corporações, aguardando o término do processo, que, muitas vezes, se arrasta por anos. Assim, estabelecendo prazos processuais de réu preso, daremos celeridade ao processo e impediremos o sentimento de impunidade que porventura exista nas corporações policiais — esclarece o senador.

# Senadores expõem

Integrantes da comissão decidiram também com em agosto, apesar da concessão de liminares pelo



Ao lado de João Alberto (D), José Roberto Arruda preside a CPI no depoimento do ex-presidente e dos ex-diretores da Encol. O senador Bello Parga licenciou-se por motivo de saúde e deverá ficar afastado por 30 dias

## Receita poderá verificar se remessas para o exterior foram declaradas no IR

A CPI do Sistema Financeiro aprovou requerimento do senador Roberto Freire (PPS-PE) e enviará à Secretaria da Receita Federal os documentos recebidos do Banco Central sobre todas as remessas de dinheiro feitas para o exterior pelas chamadas contas CC-5 do BC. Com isso, a Receita poderá verificar se os remetentes do dinheiro declararam as operações no Imposto de Renda.

O sigilo bancário de tais remessas foi quebrado pela CPI há cerca de um mês, depois que o procurador da República em Cascavel (PR), Marco Antônio Três,

denunciou que encontrara dezenas de operações em nome de "laranjas", pessoas simples que nem sabiam da existência das contas bancárias. O dinheiro pertence a pessoas que não queriam ser descobertas.

A CPI decidiu ainda quebrar o sigilo bancário, fiscal e telefônico de mais três empresas (Salsalito, Foneservice e FTI), que apareceram nas investigações sobre o lançamento de debêntures no exterior coordenado pelo Banco Marka. O requerimento foi apresentado pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP).

## Ex-diretores do Banco do Brasil serão ouvidos hoje

Em reunião que começará às 10h, a CPI do Sistema Financeiro ouve hoje os depoimentos de Edson Soares Ferreira, ex-diretor de Crédito e Seguridade do Banco do Brasil, e Carlos Gilberto Caetano, atual diretor de Finanças, que cuidaram dos empréstimos da Encol no BB.

Ontem, a CPI decidiu convocar mais dois funcionários do Banco do Brasil que trataram das negociações com a construtora, os quais serão ouvidos na segunda-feira, às 17h. São eles Carlos Alberto Araújo, do conselho fiscal do Banco, e João Batista Camargo, ex-diretor de Recursos Humanos. Também será tomado o depoimento, ainda na segunda-feira, de Roldão Izael Cassimiro, síndico da massa falida da Encol.

# a Fernando Henrique crise entre CPI e Supremo

continuar seus trabalhos até o início do recesso do Congresso, em julho, e retomar suas atividades, com novos depoimentos, o STF que suspenderam a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico e a indisponibilidade de bens de pessoas investigadas



## Ex-dono da Encol aponta juros altos e BB como culpados pela falência

Num depoimento de cinco horas à CPI do Sistema Financeiro, o ex-dono da Encol, Pedro Paulo de Souza, afirmou que a construtora quebrou por causa dos juros altos e da atuação do Banco do Brasil assim que começaram as dificuldades. “Numa inflação de quase zero ao ano, a Encol tinha de pagar por empréstimos juros superiores a 100% aos bancos do próprio governo”, afirmou.

Ele disse que o Banco do Brasil interferiu num momento em que o Banco Pactual negociava as dívidas bancárias da empresa e que Edson Soares Ferreira, ex-diretor de Crédito e Seguridade do BB, manobrou para que Pedro Paulo de Souza entregasse a presidência da Encol a uma pessoa da confiança do diretor. Essa pessoa, no entanto, “só trabalhava para que o BB recuperasse seus empréstimos”. O ex-diretor Edson Ferreira será ouvido pela CPI hoje, às 10h, junto com o atual diretor de Finanças do Banco do Brasil, Carlos Gilberto Caetano.

Os problemas da Encol, conforme seu ex-dono, começaram no final de 94 quando o então ministro da Fazenda, Ciro Gomes, “instituiu um compulsório sobre os empréstimos, elevando violentamente as taxas de juros”. Assim que Fernando Henrique Cardoso assumiu a Presidência da República, Pedro Paulo conseguiu uma audiência com o presidente, quando expôs a situação da empresa. O ex-secretário-geral da Presidência Eduardo Jorge foi encarregado então por Fernando Henrique de en-

Entre os ex-diretores da Encol Rodrigo Dimas de Souza (E) e Marco Antônio Borela, Pedro Paulo depôs durante cinco horas na CPI do Sistema Financeiro



caminhar o empresário à Caixa Econômica Federal.

– Eu me encontrei sete vezes com Eduardo Jorge, mas a Caixa só emprestou R\$ 16,9 milhões, o que não resolvia nossos problemas. Hoje, por conta desse empréstimo concedido no segundo semestre de 95, a Caixa se habilitou junto à massa falida da Encol para receber exatamente R\$ 535 milhões, um verdadeiro absurdo – acrescentou.

Já o Banco do Brasil, com empréstimos de aproximadamente R\$ 100 milhões, habilitou-se perante a massa falida para receber mais de R\$ 300 milhões, sendo cerca de R\$ 200 milhões só de juros. O Banespa, que havia emprestado à Encol R\$ 48 milhões, quer agora receber R\$ 1,05 bilhão, informou à CPI o ex-dono da Encol.

Pedro Paulo negou denúncias de que tenha remetido grandes somas de dinheiro para o exterior. O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), tendo às mãos uma au-

ditoria da empresa Deloitte Touche Tohmatsu, questionou o ex-proprietário sobre movimentações em caixa dois de R\$ 300 milhões ao ano e sonegação de impostos. Pedro Paulo negou tudo e afirmou que o texto que “menciona essas loucuras era apenas um rascunho”.

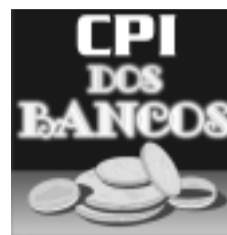
O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) quis saber das chances dos mutuários da Encol de receberem alguma coisa. Pedro Paulo informou que o juiz que acompanha a massa falida já autorizou o repasse a mutuários de 32 mil frações de edifícios. Nesse caso, os mutuários têm de pagar a construção, ou o término de obras. Revelou ainda que a empreiteira Camargo Corrêa, com financiamento do Bradesco, negocia a construção de 259 prédios.

Compareceram também à CPI, ontem, dois ex-diretores da empresa, Marco Antônio Borela e Rodrigo Dimas de Souza (este, filho do empresário).

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Sistema Financeiro decidiu, em reunião fechada realizada ontem, marcar audiência com o presidente Fernando Henrique Cardoso e com o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, para que os senadores possam conversar com essas autoridades sobre a crise entre a CPI e o Supremo Tribunal Federal (STF).

A CPI decidiu também continuar seus trabalhos até o início do recesso do Congresso, em julho, e retomar suas atividades, com novos depoimentos, em agosto, apesar da concessão de liminares pelo STF que suspenderam a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico, bem como a indisponibilidade de bens de pessoas investigadas pela CPI.

As informações foram dadas pelo senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), que voltou a assumir o cargo de presidente da CPI, em decorrência de novo afastamento do senador Bello Parga (PFL-MA). O senador maranhense solicitou licença à CPI por motivos de saúde e deverá ficar afastado por um mês. A primeira



licença do senador ocorreu há pouco mais de dois meses, quando foi submetido a uma angioplastia no Instituto do Coração, em São Paulo, para desobstrução das artérias do coração.

Na reunião, os senadores decidiram adiar a votação do requerimento do senador Pedro Simon (PMDB-RS), solicitando a suspensão dos trabalhos da CPI até que o plenário do STF vote o mérito dos mandados de segurança relativos às investigações da comissão. Segundo Arruda, os integrantes da CPI entenderam que não era o momento de apreciar esse requerimento, optando por levar o assunto aos presidentes da República e do Senado.

– Se os trabalhos da CPI fossem paralisados agora, isso poderia ser interpretado como uma posição contrária do Congresso a outro Poder. Este é um momento em que o país pede um espírito de concordância. Vamos conversar com o presidente da República e o do Senado sobre o assunto para termos uma reflexão sobre esse episódio – disse Arruda.

## João Alberto diz que STF reage à investigação no Judiciário

As liminares concedidas por ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendendo decisões da CPI do Sistema Financeiro, são uma reação do tribunal às investigações que vêm sendo conduzidas pela CPI do Judiciário, afirmou, ontem, o relator da CPI dos Bancos, senador João Alberto (PMDB-MA). O senador disse estranhar o fato de o tribunal suspender a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico de pessoas investigadas pela comissão, pois esse é um instrumento poderoso e importante para a apuração dos fatos, e sempre foi utilizado pelas CPIs.

– O problema do STF é com a CPI do Judiciário. As liminares representam um recado do tribunal que diz: não avancem muito, porque temos poderes aqui – afirmou o relator.

O senador disse que as liminares do STF atrapalharam os trabalhos da comissão e impediram a conclusão do relatório preliminar, que faria recomendações ao Ministério Público a partir das investigações sobre a venda de dólares pelo Banco Central, a preços abaixo dos de mercado, aos bancos Marka e FonteCindam, durante a desvalorização cambial, em janeiro.

Com a suspensão da quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico dos controladores dos bancos e do ex-presidente do Banco Central Francisco Lopes, a CPI não poderia citar, no relatório, as informações



João Alberto, relator da CPI, lamenta os prejuízos às

obtidas nessas investigações, disse João Alberto. Por esse motivo, a conclusão do relatório foi suspensa e deverá haver somente um relatório final, segundo informou o senador, na conclusão dos trabalhos da comissão, em agosto.

Mesmo assim, João Alberto teme que outras liminares possam ser concedidas pelo STF, impedindo novas investigações da comissão, que já está tomando depoimentos para analisar o caso da Encol e do Proer, o programa governamental de reestruturação do sistema financeiro.

Quanto à decisão da CPI, de continuar os trabalhos apesar das liminares do STF, o senador achou a mais acertada. Ele informou que há uma série de requerimentos de senadores da comissão para que sejam chamadas a depor pessoas ligadas ao Banco do Brasil, com vistas às investigações sobre empréstimos concedidos pelo BB à construtora Encol. Há ainda um requerimento do senador Jader Barbalho (PMDB-PA) solicitando informações do BC sobre papéis da dívida externa brasileira, com valor de face de US\$ 1,2 bilhão, que teriam sido adquiridos em nome do Bamerindus.

O relator da CPI disse, no entanto, que todas as investigações e depoimentos sobre a ajuda aos bancos e o Proer terão prosseguimento em agosto, após o recesso de julho do Congresso.

## Ney Suassuna pede ações imediatas contra a seca

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) fez um apelo ao governo federal para que "tome providências imediatas no sentido de desenvolver ações que ajudem a população nordestina a enfrentar a seca e evitem as migrações internas em massa". O parlamentar destacou que as frentes de emergência "têm alcance limitado e não resolvem o problema sozinhas".

Segundo ele, além de causar sofrimento em centenas de localidades do interior nordestino, a seca estimula as migrações, que contribuem para o agravamento de problemas sociais em grandes centros urbanos do Sudeste, como as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Suassuna defendeu a formulação imediata, pelo governo federal, de "ações concretas que contribuam para minorar uma situação que está calamitosa".



Segundo Ney Suassuna, "situação é calamitosa"

## Álvaro Dias quer cautela na privatização da Copel

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) pediu "uma pausa para reflexão" no processo de privatizações, em especial no caso da Companhia Paranaense de Energia, a Copel. "É uma empresa sólida e profissional. Enquanto muitas estatais servem de paradigma para os que apontam o Estado como gerente incapaz, a Copel, através de seu corpo de funcionários eficiente, demonstra exatamente o contrário", garantiu.



Álvaro destacou eficiência da estatal paranaense

Álvaro Dias disse que, para ele, não está claro que a privatização da Copel vale a pena. Ele perguntou se, privatizada, a empresa "continuará a servir como instrumento de política estimuladora do desenvolvimento, contribuindo para a construção de uma infra-estrutura capaz de suportar a industrialização do Paraná", e respondeu: "É evidente que não".

O parlamentar informou que a privatização do setor elétrico na Argentina e no Chile levou "o mercado a se desestruturar, a ponto de haver áreas no Chile onde empresas privadas operam em total regime de monopólio".

# Hartung: a hora é de corrigir rumos

A falta de uma política de crescimento vigorosa e a crise enfrentada pelos três Poderes exigem das lideranças sensibilidade para "tratar dos problemas do Brasil de carne e osso", diz senador

O país caminha num rumo equivocado, com "o governo federal enfraquecido, o Congresso desgastado e o Judiciário com sua imagem sob suspeita", afirmou ontem o senador Paulo Hartung (PSDB-ES). Ele sugeriu que as lideranças políticas aproveitem o receso legislativo para afastarem-se das discussões pela mídia em que se envolvem, voltando-se para os problemas reais do país, de maneira a superar a falta de rumos e de iniciativa.

– O maior perigo que corremos no momento é acreditar que esta melhoria no ambiente macroeconômico sirva de justificativa para não se mexer no modelo econômico atual – alertou.

A política econômica vigente baseia-se, na opinião do senador, num modelo de crescimento frágil, porque dependente de poupança externa, o que "tor-

na a economia permanentemente vulnerável a qualquer mudança de conjuntura internacional". Na opinião dele, o simples aprofundamento da liberalização do mercado cambial não resolve os problemas nacionais, cuja solução passa, no seu entender, pela adoção de mecanismos efetivos de defesa do mercado interno.

– O Brasil precisa de produção e exportação – resumiu.

No receso, propôs Paulo Hartung, as tarefas do presidente Fernando Henrique Cardoso são "pôr ordem na casa, definir a missão do bloco político que o apóia e corrigir os rumos do gover-



Para Paulo Hartung, a economia brasileira "está vulnerável"

no". Caberá aos congressistas, por sua vez, "ouvir a voz das ruas e tratar dos problemas do Brasil de carne e osso", para que os trabalhos legislativos sejam retomados em agosto num clima mais favorável, afirmou. Em aparte, o senador Osmar Dias (PSDB-PR) disse que gostaria de ver o discurso e a prática do PSDB orientados pelas ponderações de Hartung e manifestou sua convicção de que uma reforma tributária corajosa, envolvendo governadores e prefeitos nas discussões, seria um poderoso instrumento para colocar o país em pé de igualdade com seus competido-

res no mercado internacional.

O senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) sustentou que o momento exige uma espécie de "volta para dentro", com atenção especial para o fortalecimento de atividades produtivas geradoras de emprego e divisas, e o estímulo para que as médias empresas participem do mercado exportador.

Bernardo Cabral (PFL-AM), em concordância com o diagnóstico feito por Hartung, acentuou que a desmoralização do governo "leva de roldão a sua base de apoio", como revelam as pesquisas de opinião.

José Alencar (PMDB-MG), partindo da premissa de que, "quando a economia vai bem, cresce a popularidade do governo", também concordou com a insistência de Hartung em redirecionar a política econômica.

## Para Cândido, FHC perdeu a condição de governar

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) responsabilizou o governo federal pela crise econômica e pelo aumento do desemprego, e cumprimentou o presidente do PDT, Leonel Brizola, pelas críticas que fez ao presidente Fernando Henrique Cardoso em recente pronunciamento transmitido por rádio e televisão. Segundo o senador, "há motivos e razões de sobra para se dar início a um processo por crime de responsabilidade contra o presidente da República e muitos de seus ministros".

Geraldo Cândido congratulou o ex-governador do Rio ao "vê-lo, com determinação, acusar frontalmente o presidente da República e expressar sem meias palavras o anseio da maioria dos brasileiros, que é, como indicado por diversas pesquisas de opinião, o fim deste governo, que tantos males vem trazendo a nosso povo".

O senador disse ainda concordar "plenamente" quando Brizola diz que Fernando Henrique e o seu vice, Marco Maciel, "não só levaram o Brasil ao desastre como perderam as condições de nos tirar do atoleiro". O parlamentar considerou que as acusações feitas por Brizola baseiam-se "em fatos notórios e em informações que não foram desmentidas".

– Trata-se dos bilhões de dólares que os bancos lucraram às expensas do dinheiro público. Trata-se da entrega descarada do patrimônio público e mesmo de parte de nosso território ao controle de empresas estrangeiras. Trata-se da demolição dos serviços públicos. Trata-se da duplicação da dívida externa em quatro anos. Trata-se da perda de nossa

capacidade produtiva e do maior desemprego de toda nossa história – destacou.

Cândido disse concordar com Brizola também na acusação de "traição aos interesses nacionais" feita ao presidente da República. A situação econômica e social do Rio de Janeiro foi igualmente abordada pelo senador, que lamentou o fechamento de postos de trabalho provocado pela crise da indústria da construção naval, a perda de 500 empregos com o fechamento de uma fábrica de sorvetes da Kibon e a iminente dispensa de 6 mil guardas endêmicos que atuam em toda a Baixada Fluminense e que não deverão ter seus contratos renovados pela Fundação Nacional de Saúde.



Cândido elogiou o discurso feito em rede nacional por Brizola

Segundo o senador, o Ministério da Saúde não levou em conta o apelo que fez, "a fim de que 6 mil famílias não percam seu sustento já a partir de julho próximo". O governo federal informou que não tinha mais verbas para sustentar esse trabalho e que a responsabilidade deverá passar para o governo estadual e os municípios da região, acrescentou. Geraldo Cândido previu um agravamento de surtos como dengue e hepatite na área que deixará de ser atendida pelos guardas endêmicos.

Em aparte, Artur da Távola (PSDB-RJ) discordou do pronunciamento de Geraldo Cândido e desafiou seu colega a "provar o envolvimento do presidente Fernando Henrique Cardoso em algum escândalo". Ele considerou o discurso "violento" e acusou o PT de considerar-se "dono da moral". A manifestação do parlamentar petista recebeu o apoio dos senadores Lauro Campos (PT-DF) e Heloisa Helena (PT-AL).

## Maldaner relata o êxito de consórcio de pequenas empresas

Ressaltando o sucesso da criação e do fortalecimento de associações de pequenas e médias empresas na região italiana de Emilia Romana, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) defendeu o mesmo tratamento às pequenas e médias empresas brasileiras como forma de garantir competitividade em nível internacional e de criar novos empregos.

– Naquela região, implementou-se um modelo de desenvolvimento que prestigiava a capacitação das pequenas e médias empresas em produzir, apoiando-se nas demais funções de planejar, gerenciar, comercializar e controlar, pela adoção de mecanismos de compartilhamento dos



Maldaner pondera que experiência precisa de suporte financeiro

recursos necessários a tais funções, na forma de consórcios – afirmou o senador.

Segundo Maldaner, foram criados consórcios de apoio para prover ferramentas indispensáveis cujo custo excedesse as possibilidades ou necessidades de uma empresa isoladamente. Esses consórcios também são responsáveis pelo levantamento de informações relevantes, como mercados, clientes, custos, preços, aspectos legais, além do suporte de informática ao seu processamento.

Maldaner disse que, embora implantado em Santa Catarina, o modelo carece de suporte financeiro. "Por isso, nossa tarefa será a de atuar politicamente para sensibilizar os sistemas oficiais de crédito", concluiu.

## Juvêncio protesta contra redução de verbas para a ciência em MS

O senador Juvêncio da Fonseca (PFL-MS) defendeu a retomada de repasses financeiros à Fundação de Apoio ao Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (Fundect).

– A Fundect tem direito a 0,5% da receita tributária do estado e, apesar do brilhante trabalho de avaliação e acompanhamento dos projetos de pesquisa que realiza, não vem recebendo do governo de Zeca do PT as verbas a que tem direito – disse o senador.

Na opinião de Juvêncio, em tempos de globalização, o conhecimento é a base indispensável para vencer o atraso e colocar o Brasil no rumo do desenvolvimento que todos desejam.

– Não basta a qualificação dos nossos pesquisadores. É necessária a valorização

e o aproveitamento do seu trabalho. A sua fixação em atividade no estado é um imperativo para o desenvolvimento – afirmou.

O senador por Mato Grosso do Sul condenou a exportação de talentos e defendeu o aproveitamento dos cientistas na busca de melhor qualidade de vida para os brasileiros. "Para tanto, é indispensável que o governo do estado repasse o índice legal para a fundação", ressaltou.



Juvêncio da Fonseca acusa Zeca do PT de descumprir legislação

## Ademir elogia manutenção da Petrobras em Belém

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) anunciou ontem a decisão do ministro de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho, de manter a sede da Petrobras em Belém, desistindo da intenção de transferi-la para Manaus. "Foi uma vitória da bancada federal do Pará, que se uniu, acima de interesses partidários, com o sindicato dos funcionários da Petrobras, para convencer o ministro a mudar de posição."



Ademir Andrade queixou-se da "omissão" do governador do Pará

Ademir se queixou do que classificou de omissão do governador do Pará, Almir Gabriel, que, segundo o senador, não ajudou o estado no objetivo de manter a Petrobras. "Seria muito ruim para o estado, que perderia arrecadação e veria muitos funcionários da empresa transferidos compulsoriamente para Manaus. Todos sabem que Belém é a metrópole comercial da região Norte. É lá que são feitos os grandes negócios, mas a falta de diálogo

entre o governador e a bancada tem resultado em esvaziamento do estado", ponderou.

Para Ademir, foi uma pena que o Pará tenha perdido a hidrovía Araguaia-Tocantins, para escoamento da produção de Carajás. "Por influência do ex-presidente José Sarney, isso está sendo feito por ferrovia e através do porto de Itaqui, no Maranhão. Também foi para o Maranhão o escritório principal da Vale do Rio Doce, depois da privatização. Mas no caso da sede da Petrobras, obtivemos uma grande vitória", afirmou.

Em aparte, o senador Geraldo Cândido (PT-RJ) disse que não teve o mesmo sucesso de Ademir quando pretendeu garantir para a indústria do estado a compra de navios e de equipamentos para a plataforma petrolífera da Petrobras. "Todos estão vendo que a porta está aberta para a privatização da empresa", afirmou.

## Marina convida senadores a debaterem transgênicos

As lideranças do PT na Câmara e no Senado estão promovendo no Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, o Seminário Internacional sobre Biodiversidade e Transgênicos, registrou a senadora Marina Silva (PT-AC). Ela convidou os senadores a participarem das discussões, que começaram ontem e terminam hoje.

Em concordância com palestra realizada ontem de manhã pelo professor Volney Garrafa, da UnB, Marina comentou que, quanto à liberação de produtos transgênicos, o que importa é que ela não seja feita sem controle nem segu-



Marina quer referencial ético e não apenas técnico

rança. O poder de liberar ou não tais produtos deve estar baseado em referencial ético, e não apenas técnico, opinou a senadora.

— Não se trata de engessar a ciência, mas a sociedade não pode ser submetida a uma suposta supremacia da ciência e da técnica — justificou.

Os transgênicos, seus impactos, os aspectos jurídicos e políticos a serem levados em conta na liberação de semelhantes produtos e a posição dos diferenciados atores sociais em relação ao problema serão objeto dos três painéis programados para hoje.

## Suplicy quer que governo acelere reforma agrária

Senador afirma que redução da violência no campo depende de um ritmo mais veloz das mudanças na estrutura fundiária

Comentando audiência pública realizada na quarta-feira em reunião conjunta das comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Assuntos Sociais (CAS), o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) defendeu maior celeridade por parte do governo federal no processo de reforma agrária.

Suplicy relatou casos de violência contra membros do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra em diversos locais do país, leu reportagem publicada na re-



Suplicy destaca papel do Congresso na discussão da reforma

vista *Caros Amigos*, sobre casos de violência contra sem-terra ocorridos em maio no Paraná e disse que a razão da detenção de membros do MST precisa ser averiguada.

— Para que não haja mais violência no campo é preciso que o ritmo da reforma agrária seja acelerado — frisou.

O debate travado na reunião conjunta da CAE e da CAS foi de "alto nível", na avaliação do senador, que des-

tacou a importância de o Congresso Nacional ter contribuído para o aprofundamento da discussão do tema.

Suplicy registrou a presença, na audiência, do presidente do Incra, Nelson Borges Gonçalves, e de representantes do fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo e pediu que o presidente Fernando Henrique Cardoso receba os representantes do Fórum, que já solicitaram a audiência. O senador também informou ao plenário a aprovação de requerimento, na reunião das comissões, determinando o envio das notas taquigráficas da audiência para o presidente.

## Moreira acusa liga camponesa de incitar trabalhadores à desordem

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) denunciou ontem a existência de cartilha produzida por integrantes do movimento denominado Liga Camponesa Operária, que estaria sendo utilizada para incitar à desordem e insuflar sobre guerrilha.

Ele disse que cópia da cartilha lhe foi enviada pelo superintendente regional do Incra em Rondônia, Antônio Renato Rodrigues, o qual afirma, em ofício, que a cartilha "mostra claramente que seus idealizadores e seguidores tentam impor e seguem uma linha profundamente radical, com a finalidade de colocar em prática seus ideais políticos".

Moreira Mendes leu trechos da cartilha intitulada *A Crise Atual do Ca-*

*pitalismo e a Revolução Proletária Mundial*, que, segundo informou, cita textos de Marx, Lenin e Mao Tse-Tung e pediu providências às autoridades.

Em um dos trechos lidos pelo senador a cartilha ensina que "ajudar os camponeses pobres e tomar a terra dos latifundiários é parte da luta da classe operária e principal luta política pela transformação do país".

### LUTA DE CLASSES

Moreira Mendes destacou ainda outro trecho, segundo o qual "a experiência da luta de classes na era do



Moreira Mendes quer combater "incitamento à guerrilha"

imperialismo nos ensina que só mediante o poder do fuzil a classe operária e as massas trabalhadoras podem derrotar a burguesia e os latifundiários: neste sentido podemos dizer que somente com fuzis pode-se transformar o mundo inteiro".

— É preciso dar um basta a esse estado de coisas. É preciso que se separe definitivamente aquele

que realmente é sem-terra e necessita dela para trabalhar daqueles que usam a terra como instrumento de desordem, de provocação às instituições e de incitamento à guerrilha — pregou o senador.

## Patrocínio exalta trabalho do Instituto Ayrton Senna

Ao lembrar os cinco anos da morte de Ayrton Senna, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) enalteceu o trabalho que está sendo desenvolvido por sua irmã, Viviane Senna, à frente do instituto que leva o nome do piloto de Fórmula Um, e destacou o compromisso dela com o ideal de fazer algo para transformar o Brasil numa nação solidária, fraterna e menos desigual.

Para o senador, o Instituto Ayrton Senna trouxe um novo sentido para a filantropia. "Não se trata de mera ajuda a quem precisa. Nada que se confunda com a simples doação aos despossuídos. Ao contrário, faz o Instituto Ayrton Senna, sob o comando direto de Viviane, um trabalho siste-



Carlos Patrocínio destaca novo sentido da filantropia

mático de suprir graves lacunas deixadas pelo poder público", explicou.

### PLANEJAMENTO

Patrocínio disse ainda que no instituto nada se faz sem planejamento e nenhuma ação é desencadeada sem que esteja vinculada a um projeto detalhado. "Não há espaço para improvisação", afirmou. O senador acrescentou que o conceito-chave no trabalho do instituto é a parceria, que possibilitou o atendimento de 180 mil pessoas em diversos projetos.

— Consciente de seu papel, Viviane Senna define o trabalho que lidera no instituto: "Não sou uma empresa que possui uma fundação; sou uma fundação que possui uma empresa 100% a serviço do país" — disse.

## Arlindo Porto homenageia imprensa mineira

O papel da imprensa mineira na formação da consciência crítica nacional foi destacado ontem pelo senador Arlindo Porto (PTB-MG). "O estado de Minas Gerais, que represento nesta Casa, tem oferecido ao país excelentes meios de comunicação e ilustres jornalistas", disse.

O senador registrou a posse, ontem, da nova diretoria da Associação Mineira de Imprensa, sob a presidência de Djalma Alves de Azevedo. Na mesma solenidade, conforme informou Porto, foi instalada a quinta etapa do Memorial da Imprensa, com a entrega do quadro *Os Jornalistas*, da artista Yara Tupinambá.

A obra homenageia grandes nomes do jornalismo brasileiro. Tiradentes será retratado como comunicador nato que se antecipou ao primeiro jornal brasileiro.



Porto registra posse na Associação de Imprensa

## PROGRAMAÇÃO

### TV SENADO

#### HOJE

6h30 — *Especial Unip* — Assunto: Tratamento de reumatismo  
6h55 — *Senado em Pauta*  
7h — *Saúde Todo Dia* — Atividade: Biodança  
7h30 — *Especial Unip* — Assunto: Tratamento de reumatismo  
7h55 — *Senado em Pauta*  
8h — *Jornal do Senado*  
8h25 — *Senado em Pauta*  
8h30 — *Entrevista* — O senador Carlos Bezerra fala sobre a economia do Centro-Oeste  
8h55 — *Senado em Pauta*  
9h — Sessão Plenária (ao vivo)  
12h30 — *Entrevista* — O senador Carlos Bezerra fala sobre a economia do Centro-Oeste  
13h — *Cores do Brasil* — Em destaque: Folclore Goiano  
13h30 — *Consulta Marcada* — Reapresentação do programa sobre hepatite C com o senador Tião Viana  
14h30 — *CPI dos Bancos* (gravada pela manhã)  
17h — *Espaço Cultural* — Apresentando Henrique Cazes  
18h30 — *Entrevista* — O senador Carlos Bezerra fala sobre a economia do Centro-Oeste  
19h — *Cores do Brasil* — Em destaque: São Luís do Maranhão  
19h30 — *Consulta Marcada* — Reapresentação do

programa sobre hepatite C com o senador Tião Viana  
20h30 — *Entrevista* — O senador Carlos Bezerra fala sobre a economia do Centro-Oeste  
21h — *Jornal do Senado*  
21h25 — *Senado em Pauta*  
21h30 — *Consulta Marcada* — Reapresentação do programa sobre hepatite C com o senador Tião Viana  
22h30 — *Projeto É* — Apresentando o empreendedor  
23h — *Espaço Cultural* — Apresentando Henrique Cazes

### RÁDIO SENADO

#### HOJE

8h — Agenda Senado  
Em seguida — Música e informação  
9h — Sessão Plenária (ao vivo)  
Em seguida — *CPI do Sistema Financeiro* (ao vivo)  
19h — "A Voz do Brasil"  
Em seguida — Música e informação  
20h30 — "Senado em Linha Direta — Edição Nordeste"  
Em seguida — Música e informação.  
21h — "Senado em Linha Direta — Edição Norte/Centro-Oeste"  
Em seguida — Música e informação  
21h30 — "Senado em Linha Direta — Edição Sul/Sudeste"  
Em seguida — Música e informação  
0h — Sessão Plenária (reprise)  
Em seguida — Música e informação

# PFL divulga nota em apoio a ACM

Documento lido em plenário pelo senador Edison Lobão diz que o presidente do Senado é responsável pela ampla participação da sociedade nas decisões sobre a reforma do Judiciário

O senador Edison Lobão (PFL-MA) leu ontem, em plenário, nota oficial da Comissão Executiva Nacional do PFL em apoio ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). A divulgação da nota teve como objetivo estimular Antonio Carlos "no prosseguimento de sua luta pelo aprimoramento das nossas instituições".

Conforme a nota, assinada pelo presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), "a opinião pública é testemunha que, desde o início de sua carreira, na Bahia, Antonio Carlos tem marcado sua atuação por uma postura desassombrada e cheia de entusiasmo".

O texto lido por Edison Lobão destaca que Antonio Carlos é o responsável pela ampla participação da sociedade nas decisões sobre a reforma do Judiciário.

– Os desdobramentos de uma co-



Lobão afirmou que nota tem como objetivo estimular Antonio Carlos a prosseguir na luta

missão parlamentar de inquérito, cuja necessidade está mais do que provada, serão uma contribuição para que lideranças nacionais patrióticas, em todos os setores, reforcem o apoio às medidas destinadas a tornar mais eficiente a aplicação do Direito e da Justiça em todos os níveis da vida brasileira – finaliza a nota.

## A solidariedade do partido

"A Comissão Executiva Nacional do PFL – Partido da Frente Liberal –, hoje reunida, aprovou, por unanimidade, uma manifestação de solidariedade e apoio ao senador Antonio Carlos Magalhães, presidente do Congresso Nacional, estimulando-o no prosseguimento de sua luta pelo aprimoramento das nossas instituições.

A defesa dos valores éticos que devem presidir a administração dos poderes públicos, a busca da eficiência, em todos os níveis, na gestão desses poderes e a sintonia do Estado com os legítimos interesses dos cidadãos são valores constantes na política de um dos mais ilustres membros do nosso partido. A opinião pública é testemunha de que, desde o início de sua carreira, na Bahia, Antonio Carlos tem marcado sua atuação por uma postura desassombrada e cheia de entusiasmo na defesa de suas crenças e na sua identificação com todas as lideranças nacionais – independentemente das bandeiras partidárias – que lutam contra as desigualdades regionais e sociais. O partido registra que foi a ousadia de um gesto do senador que levou a sociedade brasileira a participar, ativamente, das decisões sobre a reforma do Judiciário.

Neste momento em que a nação encoraja o Congresso Nacional e o Poder Executivo a avançar no processo de reformas estruturais destinadas a modernizar o país e torná-lo socialmente mais justo, os desdobramentos de uma comissão parlamentar de inquérito, cuja necessidade está mais do que provada, serão uma contribuição para que lideranças nacionais patrióticas, em todos os setores, reforcem o apoio às medidas destinadas a tornar mais eficiente a aplicação do Direito e da Justiça em todos os níveis da vida brasileira."



Maria do Carmo considera trágicos os resultados da política educacional

## Maria do Carmo lamenta números da educação

A senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) disse que, apesar dos investimentos e esforços governamentais, os números da educação brasileira ainda são uma tragédia, apontando perdas enormes causadas pela evasão e a repetência, "fatores que têm raízes profundas na situação socioeconômica das famílias".

– Basta citar, em números redondos, os efetivos de matrículas feitas no ensino regular. São cerca de 30 milhões os alunos que ingressam no 1º grau, sendo que este contingente cai para 5 milhões na matrícula da primeira série do 2º grau, mas somente 2 milhões ingressam na universidade, e dela saem com diploma uns 300 mil, segundo o IBGE, em seu Anuário Estatístico de 1996 – declarou.

Na avaliação da senadora, um projeto bem sucedido a ser seguido pelo governo é o da Fundação Bradesco, que, como informou, tem hoje 37 escolas espalhadas por 24 estados e atende a 98.700 alunos na faixa de 7 a 18 anos, oferecendo diversos cursos tanto aos que pretendem dedicar-se à atividade rural quanto àqueles que irão seguir carreiras urbanas.

Maria do Carmo Alves registrou que, em Sergipe, a Fundação Bradesco mantém uma escola "de alto padrão", na cidade de Propriá, às margens do rio São Francisco, e que em Ceilândia, no Distrito Federal, mantém uma escola com mais de 3 mil alunos, onde, também, oferece cursos de capacitação profissional para jovens e adultos.

– O Brasil já seria um país bem mais desenvolvido e já teríamos avançado consideravelmente nos caminhos do progresso se não houvesse soluções de continuidade em projetos bem sucedidos, quando das transições de governos, e, ainda, se as boas iniciativas, independentemente de suas origens ou comprometimento partidário, fossem seguidas e multiplicadas – concluiu.

## Bornhausen considera senador forte candidato à Presidência

O senador Jorge Bornhausen afirmou ontem que o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, é um forte candidato à Presidência da República. Bornhausen comentou as declarações do ministro da Educação, Paulo Renato Souza, para quem PMDB, PFL e PSDB devem ter um candidato único em 2002.

– A opinião do ministro deixa o PFL muito agradecido, já que a convenção nacional decidiu pela candidatura própria. Acho que os outros partidos podem se unir em torno do nosso parti-

do. Embora tenha dito que não é a hora para lançamentos de candidatura, o senador Antonio Carlos Magalhães é um candidato forte – analisou o presidente do Partido da Frente Liberal.

Bornhausen, que assina nota em apoio a Antonio Carlos, lida ontem em plenário pelo senador Edison Lobão, ressaltou o "temperamento de inovação" do senador baiano. Bornhausen salientou que este comportamento tem ajudado o país a romper tabus.

Sobre as mudanças no Poder Judi-

ciário defendidas por Antonio Carlos Magalhães, Bornhausen disse que é favorável à transformação das atuais juntas de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho em varas federais de dissídio trabalhista. A idéia é que as funções dos tribunais regionais do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho sejam absorvidas pelos tribunais regionais federais e pelo Superior Tribunal de Justiça, respectivamente. Nesses tribunais, conforme defendeu o líder pefelista, seriam criadas câmaras trabalhistas.



Jorge Bornhausen lembrou "temperamento de inovação" do presidente do Senado

## Mozarildo pede nova política para os índios

Ao analisar a política indigenista brasileira, em discurso ontem no plenário, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) defendeu a extinção ou reestruturação da Funai e a revisão do Estatuto do Índio, que disse considerar obsoleto. Para o senador, o país nunca primou pela competência nesse setor, a seu ver sempre marcado por iniciativas isoladas de grandes personalidades, como os irmãos Villas-Boas.

– Até há algum tempo, pelo menos, a política do setor era feita por brasileiro e decidida aqui dentro. Agora, não mais. Hoje são as ONGs (organizações não-governamentais) internacionais que paulatinamente vêm definindo a agenda a ser seguida pelo governo – criticou o senador.

Mozarildo frisou que os índios são bra-



Mozarildo disse que ONGs pautam ação do governo

sileiros, e não seres apátridas, "como as entidades estrangeiras costumam considerá-los". O senador reconhece que há muitas ONGs sérias, mas disse considerar perigoso o rumo que a política indigenista vem tomando, e manifestou seu temor pela internacionalização da Amazônia, já defendida pelo vice-presidente americano, Al Gore.

– Não podemos deixar que a cobiça internacional sobre a Amazônia, instrumentalizada por ONGs travestidas de pele de cordeiro, atinja seu desígnio – afirmou. A partir de uma análise da política mundial, Mozarildo disse acreditar que "estamos apenas a um passo de ver consagrado o princípio da intervenção por razões ecológicas".

## Jucá quer titulação de terras de mais de 100 ha em fronteiras

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) discursou ontem em plenário para defender a titulação das terras de mais de 100 hectares na faixa de fronteira. Conforme o senador, na região Norte a maior parte das terras está acima do limite máximo (100 hectares) utilizado para classificar as médias propriedades.

Entretanto, a legislação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a Medida Provisória 1.803 restringem a esse limite a emissão de título definitivo de propriedade para as terras vendidas ou concedidas pelo Estado na-



Jucá pediu ao presidente do Incra para rever atuais normas

quelas áreas.

Jucá fez um apelo ao presidente do Incra, Nelson Borges Gonçalves, e ao ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, para que o governo re-discuta as normas de titulação de modo a não prejudicar grande número de fazendeiros. "Tenho viajado pelo interior do meu estado e verificado que muitas propriedades não se enquadram nessas regras." A MP 1.803 estabelece que os títulos não ratificados pelo poder público até janeiro de 2001 serão considerados nulos e as terras registradas em nome da União.